

# Negociação esbarra no conceito de empresa nacional

Da Sucursal de Brasília

A falta de um acordo entre a liderança do PMDB e o Centrão para a definição de empresa nacional emperra as negociações do Título "Da Ordem



Econômica e Financeira". A votação do título deveria ter sido iniciada ontem, mas a sessão do Congresso constituinte foi suspensa por falta de quórum.

A verificação de presença mostrou que 257 constituintes estavam em plenário. Para haver votações são necessários pelo menos 280. A próxima sessão está marcada para segunda-feira, às 14h30.

A definição de empresa nacional é o primeiro tema polêmico do título e sua aprovação norteia outros conceitos como participação do capital estrangeiro e exploração de recursos minerais. Ontem, representantes dos dois grupos apostavam num confronto.

## Guerra

"Todo mundo está falando em paz, mas na verdade está se preparando para a guerra", disse o deputado José Lins (PFL-CE), um dos negociadores do Centrão, resumindo as dificuldades.

A descrença em um acordo ficava evidenciada pelo número de parlamentares que deixaram Brasília. Em tese, o fim-de-semana seria gasto para negociações, mas o senador Mário Covas (SP), líder do PMDB no Congresso constituinte, viajou. O mesmo aconteceu com lideranças do Centrão.

Dizendo-se desanimado, o senador Severo Gomes (PMDB-SP), que coordena as negociações em nome da liderança, insiste num acordo para o conceito de empresa nacional. "É a espinha dorsal de todo o título", afirmou Severo. Pelo Centrão, o deputado José Geraldo Ribeiro (PMDB-MG) tentava também um entendimento: "Este conceito é o carro-chefe do problema. Mas está difícil um acordo."

## "Unidade precária"

Além da dificuldade de conceituação, problemas políticos emperram ainda mais a negociação. "O pensamento do PMDB está muito dividido", disse Lins, no que é confirmado pelo deputado Artur da Távola (PMDB-RJ): "A unidade interna é precária". As divergências internas dos peemedebistas foram agravadas

pelo método de negociação escolhido por Covas.

Na manhã de ontem, ele reuniu representantes dos partidos de esquerda, vice-líderes do PMDB e membros do Centrão. Depois de mais de duas horas de discussão, foram identificados os "pontos de estrangulamento", que são amplamente conhecidos há meses. "Este tipo de coisa não leva nada adiante", afirmou Severo.

A desunião do PMDB, some-se ainda a vontade "de briga" do Centrão. Parte substantiva do grupo quer um confronto, segundo José Geraldo. "Tem gente que não quer nem ouvir falar em negociação", disse.

## Definições

Fórmulas alternativas para o conceito de empresa nacional foram discutidas ontem pelo Centrão e pela liderança do PMDB. Apesar das concessões mútuas, nenhuma das propostas agradou a todos. Mas tanto Severo quanto José Geraldo concordaram que o entendimento passa pela remissão à legislação ordinária do conceito de "controle decisório" da empresa nacional.

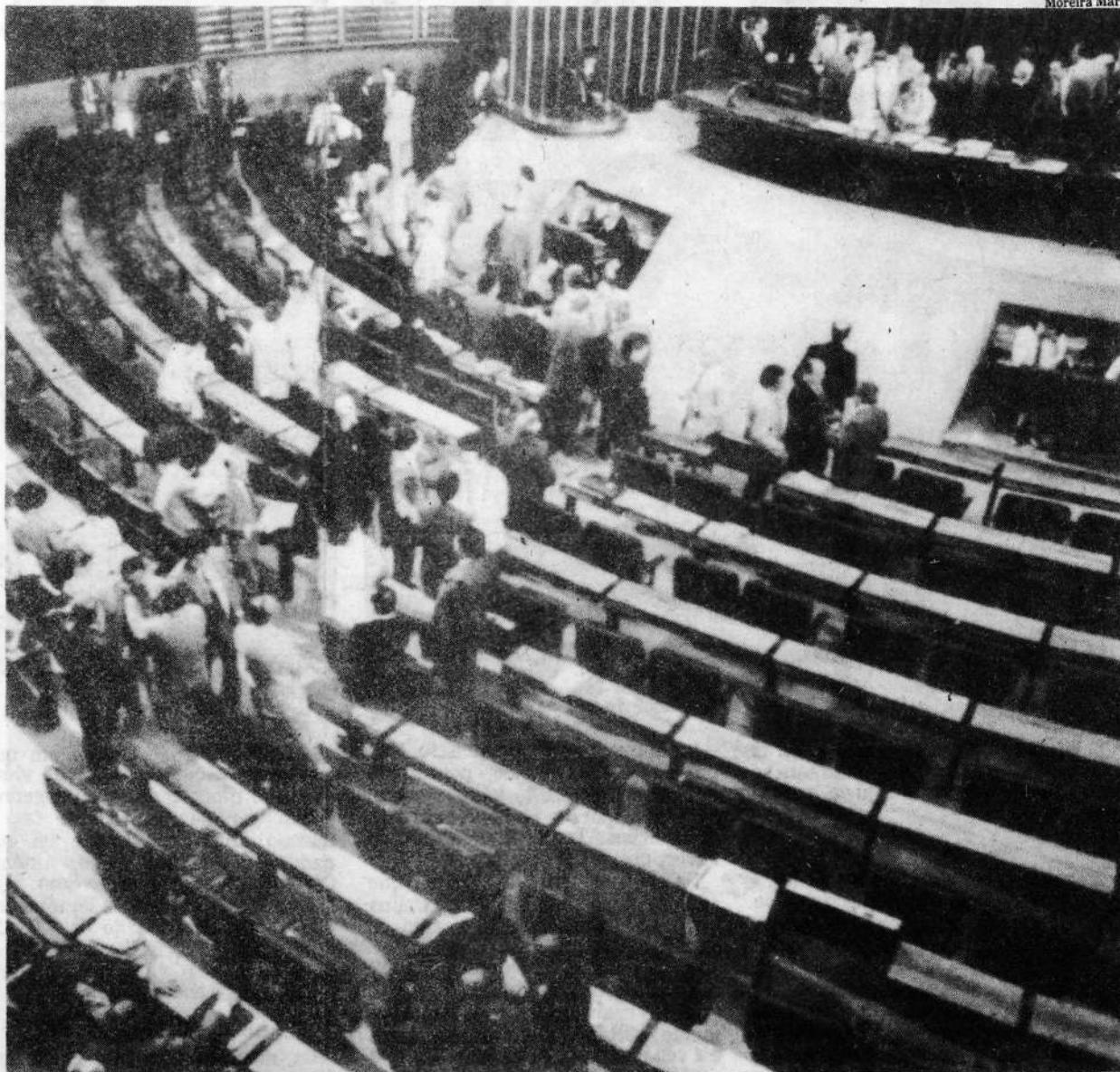
A liderança do PMDB apresentou um texto em que definia a "empresa brasileira de capital nacional (como) a pessoa jurídica, constituída e com sede no país, cujo controle efetivo esteja, em caráter permanente, sob a titularidade direta ou indireta de pessoas físicas domiciliadas no país, ou de entidades de direito público, nos termos da lei".

Severo Gomes disse que somente a legislação ordinária poderá definir claramente o que é "um controle efetivo". Pela fórmula apresentada pelo Centrão, a expressão "controle efetivo" é substituída por "controle de capital" e "nos termos da lei" muda para "vedados quaisquer outras exigências por lei complementar ou ordinária". "Esta fórmula é um absurdo", declarou Severo, no que é retrucado por José Geraldo: "Já é uma concessão do nosso grupo."

## "Joint-ventures"

A remissão para a lei ordinária do conceito de "controle efetivo" possibilita que a empresa brasileira de capital nacional tenha mais flexibilidade interna com contratos de "joint-ventures" ou com acordos acionários com capital estrangeiro.

Mas fica mantido o princípio de que o controle esteja com brasileiros. Se houve a substituição pretendida pelo Centrão, o controle de capital deverá estar com brasileiros, mas fica aberta a questão do poder decisório.



O plenário do Congresso constituinte, sem quórum, não iniciou a votação do Título "Da Ordem Econômica"

## Gordon visita plenário e ouve discurso contra EUA

ANDREW GREENLEES  
Da Sucursal de Brasília

O deputado Fernando Santana (PCB-BA) fazia ontem no plenário do Congresso constituinte um duro discurso contra o capital estrangeiro. A poucos metros dali, um grupo de empresários norte-americanos e canadenses chegava à tribuna de honra, última etapa de uma rápida visita ao Congresso Nacional. Apenas um dos visitantes entendeu as enfáticas palavras de Santana: o ex-embaixador dos Estados Unidos no Brasil Lincoln Gordon, que serviu em Brasília no período do movimento militar de 1964.

A certa altura, o parlamentar da Bahia, sem saber da presença do

grupo, afirmou que mesmo os norte-americanos reagem cada vez mais à presença externa em sua economia. "Não é bem assim", sorriu Gordon para os que o cercavam. "Temos algumas preocupações com os japoneses, mas não passa disto."

## Igreja Mórmon

Os empresários, capitaneados pelo ex-embaixador, vieram ao Brasil como participantes de um programa da Brookings Institution, entidade sediada em Washington, que promove estudos internacionais. Gordon salientou que a viagem servirá para um conhecimento mais próximo do país e não para negócios específicos, pelo menos por enquanto. O ex-embaixador adiantou, no entanto, um

curioso interesse norte-americano para investir no Brasil: a Igreja Mórmon estaria disposta a utilizar a conversão da dívida externa em capital para construir templos no Brasil.

Ainda no Congresso, os empresários foram recebidos pelo deputado Homero Santos (PFL-MG), primeiro vice-presidente da Câmara dos Deputados. Santos explicou que o presidente da Casa, deputado Ulysses Guimarães, estava atarefado com a Constituinte e pedia desculpas por não comparecer. Gordon explicou aos companheiros: "O senhor Ulysses Guimarães é presidente da Constituinte, e de mais duas ou três instituições também, e realmente é um homem ocupado."

## Estes são os pontos de maior divergência

### Empresa Nacional

Liderança do PMDB: 1) Terá o controle decisório e de capital votante, em caráter permanente exclusivo e incondicional, em mãos de brasileiros; 2) Aceita negociar uma fórmula em que remete para a legislação ordinária, a definição do que seja "controle efetivo" da empresa nacional.

Centrão: 1) Toda empresa constituída sob as leis brasileiras e com sede e administração no país é brasileira. Iguala o capital nacional e o estrangeiro; 2) Aceita negociar uma definição em que define a empresa de capital nacional como aquela cujo controle de capital é de brasileiros. Não define o que é controle efetivo.

Exploração dos recursos minerais  
Liderança do PMDB: Apenas empresas nacionais podem explorar recursos minerais. Em faixas de fronteira ou em terras indígenas, a exploração dependerá de autorização do Congresso Nacional.

Centrão: Tanto empresas nacionais quanto estrangeiras podem explorar os recursos. A faixa de fronteira e as terras indígenas são privativas de brasileiros.

### Distribuição dos derivados de petróleo

Liderança do PMDB: Cria o monopólio de distribuição dos derivados para empresas com maioria de capital nacional.

Centrão: Elimina esta proposta, possibilitando a distribuição por parte de empresas estrangeiras.

### Contratos de risco para a exploração de petróleo

Liderança do PMDB: Proíbe a União ceder ou conceder qualquer tipo de participação na exploração de jazidas de petróleo. Os contratos de risco ficam eliminados.

Centrão: Exclui este monopólio, mantendo a possibilidade dos contratos.

A seguir, os visitantes perguntaram porque o Congresso estava se esvaziando, ainda na manhã de sexta-feira, em pleno processo de elaboração da nova Carta. Santos afirmou que cerca de cem parlamentares são candidatos a prefeito em seus municípios e precisam cuidar da campanha no final de semana, justificando ainda que estão em andamento, "nos gabinetes", negociações sobre o próximo capítulo a ser votado. Informado de que os trabalhos começaram em fevereiro do ano passado, um dos visitantes arriscou a pergunta: "E quando terminou?". A resposta de Homero Santos: "Acreditamos que em julho."